



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE PEDAGOGIA

FABIANA RODRIGUES VIEIRA

**MATERNIDADE NA GRADUAÇÃO E OS DESAFIOS DE SER MÃE NA
ATUALIDADE: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DAS UNIVERSITÁRIAS DA
UFT DO CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS**

TOCANTINÓPOLIS-TO

2019

FABIANA RODRIGUES VIEIRA

**MATERNIDADE NA GRADUAÇÃO E OS DESAFIOS DE SER MÃE NA
ATUALIDADE: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DAS UNIVERSITÁRIAS DA
UFT DO CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS**

Monografia apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins - Campus Universitário de Tocantinópolis para a obtenção do título de Pedagoga, sob a orientação do Professor MSc. Bruno dos Santos Hammes.

TOCANTINÓPOLIS-TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

V658m Vieira, Fabiana Rodrigues.
MATERNIDADE NA GRADUAÇÃO E OS DESAFIOS DE SER MÃE NA ATUALIDADE: Uma análise da situação das universitárias da UFT do Campus de Tocantinópolis . / Fabiana Rodrigues Vieira. – Tocantinópolis, TO, 2021.
34 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2021.
Orientador: Bruno dos Santos Hammes
1. Mulher. 2. Trabalhadora. 3. Maternidade. 4. Universitária. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FABIANA RODRIGUES VIEIRA

**MATERNIDADE NA GRADUAÇÃO E OS DESAFIOS DE SER MÃE NA
ATUALIDADE: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DAS UNIVERSITÁRIAS DA
UFT DO CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS**

Monografia apresentada à UFT- Universidade Federal do Tocantins - Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia, para a obtenção do título de Pedagoga e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação ____/____/____/

Banca Examinadora:

Professor MSc. Bruno dos Santos Hammes, Orientador, UFT

Professora Fabiola Andrade Pereira, Examinadora, UFT

Professora Kênia Gonçalves Costa, Examinadora, UFT

Dedico esse trabalho aos meus familiares, que me apoiaram em todos os momentos, em especial a minha mãe Dirany que sempre me incentivou a nunca desistir dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder a graça e a sabedoria necessária para concluir o curso. À minha família, especificamente, à minha mãe (Dirany Vieira Bezerra) que sempre me deu apoio para não desistir do curso e seguir em frente. Agradeço aos meus professores que me inspiraram como profissional.

“A competência reflete o domínio do professor, sua capacidade de mobilizar recursos, rever hábitos, atualizar e criar procedimentos que favoreçam a realização de algo que vale a pena”. (MACEDO, 2001)

RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar a complexidade da figura materna na atualidade, considerando a ascensão feminina na sociedade e a problemática de conciliar trabalho, estudo e maternidade. Para cumprir tal propósito, optou-se por uma abordagem qualitativa e elegeu-se como locus de pesquisa o contexto da Universidade Federal do Tocantins, campus universitário de Tocantinópolis. Nele, uma vez feita a pesquisa bibliográfica, se desenvolveu um questionário que foi aplicado à discentes no intuito de construir um panorama sobre o tema no locus. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 04 mulheres universitárias, mães e trabalhadoras. Nesse contexto, as mães expuseram seus anseios e os percalços enfrentados por elas ao longo da graduação. O objetivo da pesquisa foi investigar o papel da mulher na sociedade e os desafios enfrentados na atualidade para conciliar trabalho, maternidade e estudos.

Palavras-chaves: Mulher. Trabalhadora. Maternidade, Universitária.

ABSTRACT

The present research sought to analyze how the complexity of the maternal figure in the present time, considering the feminine ascent in the society and the problem of reconciling work, study and maternity. In order to fulfill this purpose, a qualitative approach was chosen and the context of the Federal University of Tocantins, university campus of Tocantinópolis-TO was chosen as the locus of research. In it, once the bibliographic research was done, a questionnaire was developed that was applied to the students in order to build a panorama about the theme in the locus. Semi-structured interviews were conducted with 04 university women, mothers and female workers

Keywords: Woman. Workers. Maternity. College woman.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CAPÍTULO I	13
2.1 Identidade e o papel materno	13
3 CAPÍTULO II	20
3.1 Maternidade e os desafios de ser mãe na atualidade	20
3.2 Família e Educação Infantil	21
4 CAPÍTULO III	25
4.1 Análise a partir do discurso das	25
4.2 Sujeitos e Metodologias	27
4.3 Instrumentos	28
4.4 Procedimentos	28
4.5 Discussão	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que baseou este trabalho teve como tema gerador, a necessidade da construção da compreensão da realidade da mulher na sociedade moderna. Para tanto, buscamos realizar uma aproximação a este tema, a partir de uma abordagem qualitativa enfocando nos possíveis dilemas que a gravidez/maternidade, vivenciadas durante o período acadêmico, produzem na vida de algumas discentes dos cursos de graduação do Campus Tocantinópolis, da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Para isso, buscamos primeiramente fazer um levantamento bibliográfico sobre o tema seguido de uma pesquisa de campo, na tentativa de compreender essa problemática na vida da mulher moderna, que concilia trabalho, estudos e maternidade.

Sabe-se que ao longo dos anos (principalmente das últimas décadas), as mulheres vêm conquistando seu espaço na sociedade, mas o que se percebe paralelamente é que a garantia de tais direitos não diminui ou distribui de forma mais equânime os deveres, principalmente os que dizem respeito a reprodução da vida familiar. Logo, o que se vê, é a persistência de uma sobrecarga de trabalho, uma vez que as atividades desejadas agregam-se às funções que historicamente são atribuídas as mulheres desempenharem, como os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos.

Embora as mulheres estejam inseridas no mercado de trabalho, a cobrança sobre elas é muito maior, sobretudo, no que concerne ao grau de escolaridade, ou seja, para receber o mesmo salário que um homem ou para terem um bom rendimento, elas precisam ter um grau de escolaridade e estudo maior que eles. Para atender as demandas exigidas e a satisfação pessoal, as mulheres já são maioria e estão cada vez mais adentrando as universidades.

Deste modo, o objetivo desta pesquisa foi traçar um panorama e verificar alguns dos entraves que as mulheres enfrentam para conciliar a maternidade com a vida acadêmica de estudante de graduação, demonstrando quais os sentimentos que elas desenvolvem e as perspectivas assumidas. O presente trabalho é de cunho qualitativo e se compõe com uma pesquisa de campo realizada através de entrevista semiestruturada.

A análise dos dados produzidos na pesquisa se distribui em três capítulos, onde o primeiro capítulo intitulado: Identidade e o Papel Materno, de cunho bibliográfico, aborda o perfil da mulher e mãe, construído social e historicamente. No segundo capítulo intitulado:

Maternidade e os Desafios de ser Mãe na Atualidade discute o desafio da maternidade para as mulheres na atualidade e os enfrentamentos diante de tantas exigências atribuídas a elas. No terceiro e último capítulo, intitulado: Maternidade na graduação: uma análise a partir do discurso das universitárias, foi apresentado o material da pesquisa propriamente dito. Nesse ponto do trabalho, há um resgate bibliográfico sobre a busca das mulheres pelo curso superior, seguido de uma pesquisa de campo para verificar os problemas enfrentados para conciliar a graduação com a maternidade.

Espera-se com este trabalho, tangenciar o perfil histórico e social da mulher que vivencia nos dias atuais o dilema entre a satisfação pessoal e suas perspectivas por melhores condições de vida e que buscam no curso superior uma via para essa ascensão.

2 CAPÍTULO I

2.1 Identidade e o papel materno

Tornada peça fundamental na criação dos filhos, a construção da personagem mãe perpassa por caminhos que vão desde a visão psicológica até social da identidade materna. Dessa forma, o que se acredita começar no parto, é algo abrangido em um processo social que está além do relacionamento com a mãe e o pai, uma vez que, tornar-se mãe de acordo com Rubin (1984) envolve reconhecer-se psicologicamente como uma pessoa que passa a ter a responsabilidade por outro indivíduo, bem como também a aceitação social de se distinguir como alguém responsável, ou seja, que exerce um papel voltado à função materna, que tem seu início em modificações biológicas, psicológicas e sociais, capazes de modificar toda a vida de uma mulher.

Sobre isto, Rubin (1984) aborda que:

A incorporação da identidade materna relaciona-se, implicitamente, ao fato da mulher dar à luz ao filho. Para ela, a gravidez é um período de preparação para a mulher tornar-se mãe no contexto psicossocial. (RUBIN, 1984 apud KIMURA, 1997, p. 339).

Diante disso, podemos perceber que a gravidez é um marco importante na vida da mulher, ou seja, socialmente fundamental para que ela se reconheça como uma pessoa que passará a ter a guarda de outra, ou seja, a mulher não nasce mãe, ela se torna mãe. Com este acontecimento surgem, de forma concreta, as mudanças, as quais envolvem o vínculo com o filho e a representação do papel de mãe perante a sociedade.

A palavra mãe passa a ser um termo, que para grande parte das pessoas, está ligado à proteção, sobretudo no contexto cultural que majoritariamente reconhece a mãe como peça fundamental para a manutenção e continuação da vida.

Entretanto, vale ressaltar que este significado e importância que tem o termo nada mais é do que algo construído, ou seja, não é dado de maneira natural, uma vez que ele surge para representar uma situação, ou seja, para simbolizar a condição de dependência, que nesse caso é a relação de filho para com a mãe e vice-versa. Sendo assim, ser mãe passa por representar a noção de um amor incondicional e altamente dedicado, capaz de abrir mão de todos os aspectos da vida para dar prioridade aos filhos.

Dito de outra forma, para a visão de mãe que se tem na sociedade, é válido destacar o que reflete Jara (1998, p. 58), ao afirmar que

“Mãe” é peça fundamental para o desenvolvimento social da criança, uma vez que ela é uma figura importante na constituição do ser humano, pois ela assume o papel de

primeira pessoa a quem a criança passa a ter contato com o mundo externo, o que consequentemente contribui para que a criança tenha seu primeiro olhar sobre a sociedade em que está inserida.

Logo se percebe que, a função de mãe, não se resume somente a obrigação de cuidar, mas envolve também o princípio de educar, ou seja, trabalhar para que o filho consiga se portar como uma pessoa capaz de desenvolver as suas funções e habilidades próprias de um ser autônomo e ainda por cima, humano, que desempenha ou possui um papel social.

A relação mãe e filho, ao ser desenvolvida por outra pessoa que não seja a mãe biológica, pode ser vista como uma relação frágil, pelo fato da sociedade muitas vezes acreditar que a pessoa que assume esse papel, não viveu o momento que antecede a efetivação do nascimento, ou seja, não passou pela legitimidade da gestação.

Essa visão tende a se intensificar quando se consolida no imaginário social, a figura da madrasta (má), que em latim (*matrasta*) significa “nova mulher do pai/depreciativa” que ao longo dos anos, tem sua imagem tão castigada no imaginário social, principalmente, o papel que recebe da mídia como sendo a bruxa má. Além de socialmente assumir a função de mãe, passa a receber um olhar crítico da sociedade, uma vez que se passa a perpetuar a ideia de que somente a progenitora pode exercer este papel e que, nenhuma outra mulher ou pessoa poderá fazer o mesmo, tal e qual faria uma mãe em sua incondicionalidade. Desse modo, Falcke, 2002, resume que:

Quando é outra pessoa, que não a mãe biológica da criança, quem assume as tais “funções da maternidade”, (como as “madrastas”, por exemplo, que têm elas próprias uma imagem tão castigada no imaginário social), essa representação social de “mãe” exerce, na maior parte das vezes, uma enorme pressão, e se torna um grande tormento. Alguém munida de uma perfeição idealizada a qual nunca se atingirá, por mais que se esforce e se dedique a uma criança. (FALCKE, 2002, p. 44).

Mediante a isso, a madrasta passa a ser vista como a vilã, à medida que a concepção de ser mãe, que se subtende como uma relação que é construída ao longo dos tempos, não passa por esse processo, ou seja, a madrasta é atribuída a visão de que ela não concebeu o sentimento de ser mãe, por não ter o vínculo maternal estabelecido desde a concepção da criança, pois ela passa a assumir um papel que não é dela, além de também se inserir em uma família que já estava constituída, ou que transmitia à sociedade a ideia de perfeita, ou ainda abençoada religiosamente com a imagem de indestrutível.

Entretanto, a mesma sociedade que condena a relação de outra mulher exercendo o papel de mãe, também estabelece que: “Mulheres, segundo se crê, não foram feitas para serem “frutos secos”. Afirmar-se que a natureza feminina clama para o regulador exercício da função biológica

da procriação”. (Maxwell, 2006, p. 45). Segundo essa visão, a natureza humana da mulher expõe a gravidez como uma série de funções reguladas biologicamente.

Dessa forma, não há como negar que todas as mulheres, independentemente de ser mãe-biológica ou não, são aptas a se tornarem mães, uma vez que se defende a ideia de que cabe a mulher essa função, e, por isso, não se pode retirar delas essa oportunidade. Assim como, também não se pode anular a perspectiva de que nem todas as mulheres aceitam e querem para si essa responsabilidade, e que isto varia de mulher para mulher, ou ainda de contexto sociocultural.

Embora todo este discurso, que atualmente considera e justifica a opinião da mulher com relação à maternidade, vale destacar que, nos séculos passados a mulher era desvalorizada pela sociedade e vista como fraca e passiva e, que ao longo dos anos se percebeu que a mulher, assim como o homem, também pode se caracterizar como guerreira que trabalha fora, que cuida da casa, do marido, das crianças, provém o alimento, entre outros e de que conceitos como fraca e submissa não mais às caracteriza.

No século XVII, o farol ideológico da sociedade europeia iluminava apenas o homem-pai-marido-senhor, a quem todo poder era dado, e todos deviam ser-lhe submissos e dóceis. Numa sociedade que valorizava desta forma o homem, o colocando no centro de tudo, as mulheres eram vistas apenas como seu complemento. Seres naturalmente fracos e passivos, criadas e educadas com a finalidade exclusiva de agradar o homem. (FALCKE, 2002, p. 46).

Assim, a ideia de senso comum segundo a qual se acredita que as mulheres não conseguiriam conciliar vida familiar e vida profissional é desmentida ao se confrontar com a correria do mundo atual. Com a modernidade muitas dessas mulheres entendem que conseguir uma estabilidade financeira antes de constituir família é possível e que preconizar estabilidade ao invés da formação da família não é exclusividade dos homens. Entretanto, isto pode não ser suficiente para anular o desejo que socialmente é construído, e que leva cada mulher a nutrir o desejo de ser mãe, daí então como dito anteriormente, as mulheres são obrigadas a articular ao mesmo tempo o desejo pela maternidade e constituir família ao desejo de sucesso profissional.

O que se observa é que, com o passar do tempo as mulheres estão se sentindo mais seguras para decidir qual é o momento de se tornarem mães, ou optarem por uma carreira profissional, sem que para isso se sintam “culpadas”, seja por não querer filhos ou uma vida familiar baseada em outros projetos, sem ser o de ser mãe.

Para que se entenda, vale lembrar que a ideia de ser mãe não é algo inerentemente natural, uma vez que, por exemplo, as mães do período histórico anterior ao século XX, possuíam outra forma de relação com os filhos, o que se apoia na ideia de que uma infância

concebida como período de cuidado e dependência é relativamente nova, pois como nos aponta Ariès (1978), a forma como se compreende a infância também não é estática. Crianças, até o período da Revolução industrial, como defende o autor, eram entendidas como “adultos em miniatura”.

Retroagindo um pouco na história, com o auxílio de outros autores, temos que,

Cuidar de crianças, perder tempo com elas e dar-lhes demonstrações de afeto não eram consideradas práticas elegantes. Nem ao menos divertidas. Sacrificar seus desejos pessoais para fazer isto pessoalmente era algo impensável para aquelas mulheres que pertenciam à melhor sociedade. Para as famílias pobres, a chegada do filho era, além de tudo, muitas vezes, uma ameaça à própria sobrevivência do casal. Um fardo divino, que os surpreendia com muito mais frequência do que desejavam, uma vez que desconheciam na época quaisquer métodos anticoncepcionais. (BADINTER, 1985, p. 47).

Desta forma, percebe-se que a maternidade não era algo desejável, visto que para as famílias mais nobres, a maternidade representava um retrocesso, pois a dedicação pessoal a uma criança, não era algo bem visto para a sociedade da época; já para as classes populares, a chegada de um filho representava a necessidade de dividir recursos (inclusive alimentos).

Passa-se também a reconhecer as pessoas como um bem precioso para a sociedade, com o sentido de que isto proporciona benefícios para os reis ou governantes da época, ou seja, o século XVIII juntamente com as suas revoluções provocou uma mudança social na idade média, fazendo com que se modificassem várias concepções anteriormente estabelecidas e se criassem novos costumes.

Todo esse esforço de convencimento fez com as mulheres se conscientizassem de que elas são importantes para a criação do filho, bem como de que estes necessitam de seus cuidados para ter-se uma visão melhor do mundo que o cerca, assim como levar a mãe a assumir uma responsabilidade maior com a criação de seus filhos.

Ela (mãe) deve cuidar de sua saúde, de sua instrução, de sua educação religiosa e da transmissão dos valores morais. Deve saber emancipar a criança, ensinando-lhe, gradualmente, a autonomia. E seus filhos não devem ter segredos para ela, com quem devem ter toda a intimidade. Além de genitora e nutridora, a mãe deve ser educadora, instrutora, conselheira e confidente. A grande inspiradora de todas as virtudes. (BADINTER, 1985, p.54).

Com a ideia de responsabilidade social e pessoal para com a criança estabelecida, as mulheres começaram a sentir culpa quando se viam em uma situação de precisar delegar a responsabilidade pelos filhos a outras pessoas, de forma que esse sentimento permanece até nossos dias.

Essa relação fez com que muitas vezes a mulher se colocasse em uma situação de que a ela coubesse somente a obrigação para com assuntos familiares, se constituindo ela mesma uma pessoa frágil que não conseguiria, por exemplo, desenvolver as mesmas funções do homem, uma vez que ela é a mãe e segue obrigações para com sua prole.

De modo a reforçar que essa função de mãe não é natural (CIAMPA, 1984), diz que “não existe uma identidade dada pela natureza. A identidade é um processo que é construído e conhecido pela ação, ou seja, através da atividade do indivíduo”. (CIAMPA, 1984). Neste sentido, a autora reforça que, naturalmente a mulher não tem em si a ideia de que é mãe, mas que, essa concepção é com o tempo, construída, ou seja, a mulher tinha o papel familiar de cuidar da casa e dos filhos. A ideia de que era para procriar e dar vida, o que mudou com o passar do tempo, com as transformações que a sociedade moderna está inserindo nessa etapa.

Essa relação tende a se fundamentar no envolvimento familiar construído no dia-a-dia, pois é através dele que se equilibra a identidade que compreende o modo afetivo, a conduta e os ensinamentos surgidos da relação mãe e filho, da qual perpassa pelo caminho do âmbito familiar, chegando até a inserção dos filhos na sociedade e da mulher, enquanto mãe, constituindo assim a ideia de um fenômeno social, do qual tende a ser visto como natural.

Ainda para justificar esse momento, (CIAMPA, 1984) se apropria da terminação metamorfose, para basear que o indivíduo age sendo sujeito da sua própria história, ou seja, a imagem de mãe vem sendo pré-determinada pela sociedade durante os séculos e segue se permeando nos contextos atuais. Entretanto, a autora defende que essa identidade tem que surgir de forma única e não baseando na reprodução de ideias passadas, de modo que ela passe a se adaptar as necessidades presentes de cada período.

Sendo assim, a relação maternal-familiar tende a se modificar ou a se tornar única, uma vez que ela está em constante mudança. Com isso, o cuidar surge de forma singular, de acordo com a visão de cada mãe aos quais são expostos de formas diferenciadas e não alienados a conceitos e formas impostas socialmente.

Para que se entenda que nem todas as mães são iguais, assim como todos os seres humanos são diferentes, Bion (2004) criou uma teoria de que as mães se dividem em três categorias, sendo elas destacadas por cada especificidade e característica. Dessa forma, o primeiro grupo se destaca por ser as mães não-contingentes, das quais se contextualizam principalmente pela ausência na criação dos filhos.

Já o segundo grupo, Bion (2004) nomeou as mães que desejam ser contingentes, ou seja, aquelas que têm uma preocupação para com o filho, mas que a desenvolvem de maneira errada, se tornando muitas vezes exagerada em seus cuidados, ao ponto de não lembrar que é

importante que as crianças desenvolvam contatos com o ambiente para que se cresçam fortes e saudáveis.

Na terceira categoria, Bion (2004) agrupou a mãe contingente, aquela que, segundo ele, consegue corresponder às necessidades do filho, mas sem colocar ou impor nele as suas próprias frustrações sobre a vida. Nesse caso, os estímulos dados a essa relação tendem ser positivos e saudáveis.

Partindo disso, pode-se perceber que mãe não é de todo um conceito universal puro, ou seja, também carrega suas especificidades e tipologias, e que tentar ser uma mãe contingente estaria mais perto do termo idealizado criado sobre mãe, pois, é através dele que a mãe conseguiria perceber que sua função, além de cuidar e educar, estabelece conceitos relevantes para o preparo dos filhos que os levam a vida adulta, além de também lhe explicar que ela é uma conselheira para o filho em todos os momentos de sua vida.

É através da visão de que a mulher é um ser único e capaz de gerir uma criança, que se estabelece a ideia de que ela é o eixo central da família, ou seja, a matéria que mantém unida à ligação que se estabelece do mundo para com o filho e do filho para com o pai, uma vez que o papel da mãe é primordial para que se crie a concepção de valores e sociedade.

A imagem de mãe passa então a ser equiparada a imagem de santas e protetoras onipresentes que sempre estarão lá pelos filhos e para os filhos, pois se passa a acreditar que a mulher somente é feliz quando coloca os filhos no mundo e deles tem a oportunidade de cuidar.

Entretanto, com o processo de afirmação da mulher no século XX, do qual surge com o argumento principal, os direitos e deveres em igualdade com os homens, começou-se novamente a questionar a forma de se ver a mulher socialmente e sua obrigação natural com a gravidez. Esse processo ganhou mais força a partir do movimento feminista surgido entre as décadas de 1960 a 1970, que fizeram com que se percebesse que ser mãe não é uma obrigação, mas um desejo que nasce com a mulher, ao qual ela pode ou não despertá-lo ou mesmo alimentá-lo, sem que se guarde a culpa ou sentimento de se sentir incapaz de criar uma criança. Por outro lado, o movimento feminista...

Considerando tudo isto, as feministas buscaram mostrar que o ativismo, a independência e a ambição não eram atributos exclusivamente masculinos, e que havia muitos mais desejos femininos ocultos que aqueles que fugiam à opressão da cultura dominante e conseguiam ser por ela reconhecidos e legitimados. A maternidade nem sempre era a preocupação primeira e instintiva de toda mulher. Não necessariamente a mulher escolheria abandonar suas ambições pessoais pelo interesse em ter um filho. (FALCKE, 2002, p. 62).

Começou-se a questionar que essas habilidades não eram propriamente do sexo masculino, mas que elas também poderiam ser atribuídas à mulher, de maneira que ela pudesse

conciliar vida familiar e vida profissional, mostrando que nem sempre o desejo de todas as mulheres é ser mãe.

O surgimento dos movimentos feministas levou a muitos questionamentos, entre eles a noção de que a mulher pode sim desenvolver outras atividades que não estejam restritas ao ambiente familiar, mesmo que para isso, aquelas que já são mães, tivessem que se sacrificar um pouco em seus encargos e obrigações para que se cumprisse, por exemplo, o estudo e a qualificação profissional.

Com isso, percebeu-se que a mulher pode se desenvolver profissionalmente sem necessariamente abrir mão das obrigações familiares e de casa. Um dos fatores determinantes para a ascensão feminina ao mercado de trabalho foi a mudança na estrutura familiar, que possibilitou que as crianças pudessem ser cuidadas em outros ambientes, e por outras pessoas, que não fosse apenas o doméstico e nem somente pelas mães. A partir dessa mudança de paradigma, as famílias passam a se preocuparem mais com o processo de escolarização dos filhos.

Após um apanhado histórico sobre o papel da mulher na sociedade e a concepção de maternidade atribuída a ela ao longo dos anos, tornou a mulher extremamente subjugada a esse papel. No próximo capítulo, intitulado: “Maternidade e os desafios de ser mãe na atualidade”, serão feitas reflexões que apontam a possibilidade de ascensão da mulher no contexto social, sem com isso abrir mão da maternidade, mas conciliando estudos, trabalho e cuidados com os filhos. Para isso, é necessário possibilitar a educação dos filhos em outros espaços que não o doméstico e por outras pessoas que não somente, mães.

3 CAPÍTULO II

3.1 Maternidade e os desafios de ser mãe na atualidade

Neste capítulo, as discussões estão voltadas para os desafios enfrentados por mulheres na atualidade para conciliar a função materna com outras funções conquistadas na sociedade. Desta forma, recorreremos à literatura disponível e a colocamos em diálogo para construir as bases para a discussão dos dados das entrevistas.

O papel da mãe é de fundamental importância na sociedade, uma vez que o ser humano nasce com extrema dependência no que concerne a sobrevivência. Como afirma Bee (1997) apud Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008) “Os seres humanos são notavelmente vulneráveis e de crescimento lento, eles exigem um período longo de apoio físico e emocional”.

Do ponto de vista psicológico, a relação entre mãe e bebê é determinante para o desenvolvimento da criança, e através desta é que ela irá adquirir capacidade de classificar o meio ao qual está inserido. Como afirma, Winnicott (1990) apud Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008 p.03),

As bases para o equilíbrio psíquico estão no ambiente facilitador, que dá condições para que o bebê desenvolva suas capacidades inatas, através principalmente da atenção materna, que atende às necessidades do bebê, e facilita a transição da dependência absoluta para a independência. Se esse ambiente não oferecer segurança, o indivíduo não se desenvolve plenamente.

Percebe-se que o papel da mãe é primordial para o desenvolvimento e formação do indivíduo, no entanto, o perfil materno vem sendo idealizado pela sociedade ao longo dos anos sobre as mulheres.

Com as transformações do mundo moderno, a mulher conquistou outras funções na sociedade, além do ambiente doméstico. Conforme Correia (1998) citado por Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008) afirmam que “O século XIX é, conseqüentemente, um importante marco na origem de uma nova mulher: educadora, mãe, criadora da sociedade futura”

Segundo Freire (2008) o conceito de maternidade muda a partir da década de 1920, de forma que ser mãe passa a ser vista não mais apenas de um modo romantizado de uma função divina, mas principalmente como uma função social.

O debate que se travava desde o século XIX na sociedade brasileira sobre o papel da mulher assumiu lugar central na cena pública, notadamente quanto à função maternal, adquirindo contornos diferenciados na virada do século. Ainda que intrinsecamente vinculado à natureza feminina, ao associar-se ao projeto modernizador nacionalista o exercício da maternidade ultrapassava os limites da esfera doméstica (Freire, 2008.p. 07)

Desta forma, a mulher da atualidade lida com inúmeras obrigações, tanto em casa, quanto no trabalho, exigindo assim grande esforço para conciliar. Ainda segundo Freire (2008) a ascensão da mulher na sociedade foi uma conquista que demandou uma longa jornada, que perpassa desde a delegação da função doméstica, que era a única que a mulher podia exercer. Isso representa um novo marco no papel social da mulher, uma vez que passa a conciliar o trabalho com os afazeres domésticos entre eles o cuidado com os filhos.

3.2 Família e Educação Infantil

Traçando um paralelo sobre o conceito de família, pode-se reportar ao século XV, onde Ariès (1978) citado por Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008) afirmam que na antiga família não existia o conceito de infância, de forma que a criança era pormenorizada, ou seja, não considerava o processo de desenvolvimento infantil como uma importante etapa da vida. A relação familiar era estritamente institucional, onde o casal tinha como objetivo principal, a conservação de seus bens. Não havia uma relação de afeto entre os membros desse grupo familiar.

Ainda de acordo com Ariès (1978) citado por Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008), somente no século XVIII algumas mudanças começaram a ocorrer nesse sentido. A criança passou a ser vista de outra forma no âmbito familiar, mudou-se o relacionamento dos adultos com as crianças, estabelecendo assim uma relação de afeto e cuidado. Ariès (1978) apud Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008) afirma que essa mudança na relação com a criança mudou também a família, que passou a se organizar e considerar as particularidades do desenvolvimento da criança. Nesse sentido, a família passou a incumbir a escola pela educação dos filhos, pois passou a se preocupar com o processo de escolarização.

Com o passar dos anos, a cultura foi se modificando, assim como a educação. Essa mudança de paradigmas possibilitou a construção do conceito de infância, onde as crianças passaram a ter seus direitos garantidos constitucionalmente. No Brasil, a educação infantil passou a fazer parte do sistema de ensino, somente na década de 1990, quando foi instituída a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) 1996.

Foi com essa mudança que a educação infantil deixou de ser assistencialista, e se incorporou ao sistema de ensino como primeira etapa da educação básica. Nesse contexto, a escola deve proporcionar à educação infantil às crianças e os cuidados necessários para o seu desenvolvimento integral, embasada no educar/cuidar. Neste sentido, a criança atinge o status de cidadã. A criança, no contexto escolar deixa de ser vista como um projeto para a vida adulta,

e passa a ser tratada em suas especificidades. Mas, apesar da criança ter conquistado o aparato legal, é oportuno dizer que ela ainda é desprestigiada, posto que a sociedade capitalista prioriza aqueles que produzem. Neste sentido, (crianças e velhos) não são classes, são aspectos embutidos por entre as classes. A sociedade capitalista os exclui para não oferecer a força de trabalho, os rotula de “improdutivos”.

De acordo com a Resolução do CNE/CEB nº 01, de 07/04/1999, a educação infantil assume a responsabilidade pelo educar/cuidar. O termo cuidar ainda é novo no meio educacional, mas traz consigo o reconhecimento de que a criança necessita de cuidados para se desenvolver. Entende-se por cuidado, não só a prática de zelar pela integridade física do aluno, mas, sobretudo, pela integridade moral, psíquica e intelectual.

A educação infantil tem se destacado nos últimos anos, por ser uma modalidade de ensino que prima pelo desenvolvimento infantil. Já conquistou sua importância na sociedade, uma vez que traz um conceito de infância para o meio educacional, pautado em valores, respeito e cuidado com as crianças envolvidas neste processo.

Para Rosemberg (2008, p. 163):

A educação infantil (educação inicial ou secundária) constitui um subsetor das políticas sociais e educacionais, reconhecendo e articulando os direitos dos/as trabalhadores/ as e os das crianças. Constitui também um campo de práticas e conhecimentos em construção, procurando superar um passado antidemocrático. Em vários países latino-americanos a educação infantil é integrada ao sistema de educação, como a primeira etapa da educação básica e compreende as creches, para crianças de 2 a 3 anos de idade, e as pré-escolas, para crianças de 4 a 5 ou 6 anos de idade.

Percebe-se que a princípio a educação infantil se constituiu como política pública assistencialista, com o propósito de auxiliar as mães, trabalhadoras e na garantia do direito de crianças pequenas frequentarem instituições de ensino.

Ainda segundo Rosemberg (2008, p. 163):

A segunda metade do século XX trouxe importantes novidades para as práticas educacionais antes da escola primária: um número cada vez maior de crianças pequenas, entre 0 e 5 a 6 anos, em inúmeros países, passou a compartilhar experiências educacionais com coetâneos, sob a responsabilidade de um(a) adulto(a) especialista (quase exclusivamente mulheres) fora do espaço doméstico, em equipamentos coletivos como creches infantis, escolas maternas, pré-escolas ou jardins da infância.

Desta forma, as crianças passaram a ser assistidas, cuidadas e educadas em outros espaços e por outras pessoas, fora do espaço doméstico e do convívio familiar, sem que com isso, a responsabilidade da família fosse considerada insuficiente, como afirma Rosemberg (2008).

A educação infantil foi uma conquista relevante, sobretudo para mães que estão no mercado de trabalho. Por muito tempo a infância ficou restrita aos cuidados exclusivamente das mães, da família, onde as crianças não tinham nenhum contato com o saber sistematizado pela escola. Sobre isso, Rosemberg (2008, p. 165):

Observa-se uma tendência à extensão progressiva da educação no contexto institucional antes da escolaridade compulsória para todos os segmentos sociais e a concepção de que ela constitui um bem, um direito das crianças, mesmo no caso da creche infantil que, tradicionalmente, era considerada como instituição destinada exclusivamente aos filhos de mães trabalhadoras pobres.

Nesse sentido, a educação infantil deixa de ser vista apenas pelo viés assistencialista, que a princípio se destinava principalmente aos filhos de mães, trabalhadoras, e se caracteriza como um direito das crianças que além de uma importante modalidade de ensino que precede a escolaridade obrigatória, também auxilia no desenvolvimento infantil.

A educação infantil passa por uma progressão nos últimos anos e se constituiu como modalidade de ensino, integrante da educação básica. Sobre isso, Rosemberg (2008, p. 166) afirma:

Este novo conceito de educação infantil compartilhada entre a família e instituições coletivas responderia a novas necessidades: da família, em especial daquelas que estão centradas em mudanças nas relações de gênero; do ensino básico, quando se propôs universalizar sua cobertura, particularmente à da pré-escola; das crianças ou do futuro trabalhador (a pré-escola como investimento no trabalhador do futuro), em decorrência da nova concepção de socialização e sociabilidade da pequena infância.

A educação infantil emerge de muitas mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, sobretudo, da maior participação das mulheres no mercado de trabalho. No entanto, mantém suas características pautadas na “produção humana” como afirma Rosemberg (2008).

Sobre isso, Raupp (2004) citado por Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008), afirma que

Na década de 1970 surgiram muitos movimentos sociais que, em alguns lugares, apelaram para a creche como um direito das mulheres trabalhadoras em virtude de elas terem aumentado consideravelmente sua participação no mercado de trabalho após mudanças ocorridas com a expansão industrial, com o crescimento das cidades e as modificações na organização e estrutura das famílias.

A princípio, as creches surgiram para garantir as mulheres trabalhadoras o direito de elas ingressarem ao mercado de trabalho com a segurança de deixar os filhos aos cuidados de uma instituição de educação infantil.

Rosemberg (2008, p. 178) afirma ainda que a educação infantil se constituiu como uma atividade do gênero feminino “*sendo exercida principalmente por mulheres, diferentemente de*

outros níveis educacionais que possam estar mais ou menos associados à produção da vida e de riquezas”.

Assim, as mulheres têm preferência nesta modalidade de ensino, uma vez que o cuidar e educar ainda é considerado uma extensão da função materna.

Rosemberg (2008, p. 178) afirma:

Em diversos países, [sic] diferentemente das ocupações masculinas, que basearão sua qualificação e competência no treinamento e domínio de conhecimentos profissionais e habilidades técnicas, supostamente não relacionadas a atributos [biológicos] masculinos, nesta área de assistência à infância as qualificações das trabalhadoras tiveram como base sua capacidade de amar as crianças e a socialização das mulheres para o cuidado.

A princípio, a assistência nas instituições de educação infantil era dada principalmente por mulheres, pois se acreditava que tinham mais cuidados com as crianças.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 1996 estabelece a importância desta fase do ensino para o desenvolvimento cognitivo durante todo o processo educativo. De acordo Piaget (1973) é nesta fase que a criança adquire as habilidades necessárias que irão impulsionar seu aprendizado durante toda a sua vida. As prerrogativas legais legitimam a educação infantil através do cuidar/educar, entende-se sobre isto que na educação infantil os processos de ensino-aprendizagem aconteçam de forma prazerosa para as crianças, considerando o que a infância requer para o seu desenvolvimento pleno.

No entanto, há um entrave quanto ao entendimento sobre educação infantil, pois ainda há nesta modalidade a segregação entre creche e pré-escola. Sobre isso, Rosemberg (2008, p. 169) afirma:

A educação infantil foi forjada em torno de duas situações: de um lado, o jardim da infância, “semente” histórica (para permanecer na metáfora) da pré-escola, integrada ao sistema de ensino, atendendo preferencialmente crianças de 4, 5, ou 6 anos, de outro lado, a creche, vinculada às instâncias da assistência, sem carreira profissional formalizada. A tendência à unificação foi recente, incompleta e ameaçada.

Assim, deve-se ressaltar que as crianças de 0 a 3 anos ficam a margem dentro do sistema de ensino, uma vez que a educação infantil se refere à pré-escola, como se a infância começasse aos 4 anos de idade. Essa compreensão sobre a educação infantil exclui os bebês do sistema educacional.

Esta ideia reforça a compreensão de creche como assistencialismo. Sobre isso Rosemberg (2008, p. 177) afirma:

A oferta de creches pode permitir o trabalho profissional de mães, a ambigüidade e mesmo o estigma contra a creche provocaram a concepção de que os bebês só devem freqüentar creches quando suas mães trabalham. Ou seja, a creche também pode ser vista apenas como um direito ao trabalho das mães e não como um direito à educação dos filhos. A educação inicial também pode ser vista exclusivamente como assistência

ou direito à educação dos bebês sem contemplar a perspectiva do direito das mulheres ao trabalho.

Percebe-se que a educação infantil, neste sentido, subjuga os bebês a um atendimento que se restringe apenas aos cuidados, não promove uma educação de qualidade para os bebês.

Rosemberg (2008, p. 180) afirma:

A expansão pela busca/oferta da educação infantil não se explica apenas pelo trabalho materno, pois um número significativo de crianças pequenas que freqüentam creches infantis são filhos de mães que não trabalham fora, sejam elas mais ou menos ricas, instruídas, chefes de famílias, ou cônjuges. Isto é, a expansão da educação infantil, principalmente da pré-escola, encontra sua razão de ser em uma nova concepção de direito da pequena infância e das mulheres.

Assim, a educação infantil torna-se um direito pleno tanto para as crianças pequenas, quanto para as famílias, uma vez que o cuidado e a educação dessas crianças são motivos de muita preocupação para as famílias, pois se espera que as creches e pré-escolas proporcionem, além do cuidado, o desenvolvimento pleno dessas crianças.

Embora a educação infantil represente grandes avanços, no que concerne aos direitos de crianças, mães e trabalhadoras, pode-se perceber que ainda não atende a todas as demandas da mulher moderna, sobretudo, para mães que cursam uma graduação, no período noturno, por exemplo, período em que não há atendimento em creches e pré-escolas.

De acordo com Costa (2008) citado por Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008), “as mães universitárias sofrem por sua maternidade durante a graduação e muitas vezes acabam atrasando ou até mesmo paralisando o curso para poderem cuidar de seus filhos, principalmente pelo fato de não terem onde deixá-los”. Essa problemática será analisada no próximo capítulo através de aplicação de questionários a 04 universitárias, mães do Campus de Tocantinópolis, Tocantins.

4 CAPÍTULO III

4.1 Análise a partir do discurso das acadêmicas

O presente capítulo expõe a problemática da mulher na atualidade para conciliar as atribuições profissional e acadêmica com a maternidade. Na ocasião foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 04 acadêmicas do curso de Pedagogia do Campus de Tocantinópolis, Tocantins.

De acordo com Luckesi, Barreto, Cosma & Baptista (2003) citado por Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008), o ensino superior no Brasil foi instituído com a chegada da corte, por volta de 1808, no entanto, os cursos visavam a atender as questões militares da colônia.

As mulheres só começaram a ingressar na universidade no Brasil, no final século XIX, que de acordo com Queiroz (2001) citado por Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008), isso só foi possível após aprovação de uma lei criada por Dom Pedro II que autorizava as mulheres a cursarem a graduação superior.

No entanto, de acordo com Carnielli (2005) citado por Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008) somente a partir da década de 1960, com o processo de urbanização do país e o crescimento demográfico, é que a demanda pela educação aumentou. Já na década de 1980, com a economia em crise mais uma vez, conseqüentemente houve uma diminuição na procura pelo ensino.

Na década de 1990, com um novo cenário de crescimento da economia e com a necessidade de mão de obra especializada, a procura pelo ensino superior se intensificou novamente. Nesse cenário, cresceu também o acesso das mulheres aos cursos superiores. Sobre isso, Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008, p. 09) expõe que:

Para termos uma noção estatística do acesso feminino aos cursos superiores no país, buscamos dados do Censo 2006 do Sistema de Avaliação do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que registrou a existência de 2.270 instituições de ensino superior no país, quase o dobro das instituições registradas no ano 2.000, que foi de 1.180, e caracteriza, entre outros, o crescimento da busca pelo ensino superior pelos brasileiros. Ainda segundo este Censo, foram realizadas até 30 de junho, 4.676.646 matrículas em cursos de graduação presenciais, sendo que 2.605.611 ou 55,71% destas matrículas foram realizadas por mulheres, o que demonstra à primeira vista que elas já constituem a maior parte do público que acessa o ensino superior atualmente no país.

Desta forma, podemos perceber que a demanda pelo ensino superior no Brasil é proporcional à demanda do ingresso feminino nestas instituições de ensino. Essa proporcionalidade pode ser interpretada como uma exigência do mercado de trabalho que requer das mulheres, um grau maior de escolaridade.

Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008, p. 12) afirmam ainda que:

Segundo o Banco de Dados sobre o Trabalho das Mulheres, elaborado pela Fundação Carlos Chagas (2004), nos anos 1970 a participação feminina no mercado de trabalho era de apenas 18,2% enquanto no ano de 2002 este número já chegava aos 50,3%. Além deste aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho, outro dado que chama atenção neste banco de dados é que do total das mulheres em atividade no país em 2002, 36,5% delas possuíam mais de onze anos de estudo, contra 26,3% dos homens. Estes dados evidenciam que o mercado de trabalho, apesar de ter crescido para as mulheres, exige uma maior especialização delas para sua continuidade, o que também é constatado quando se observam que, neste mesmo ano, 18% dos empregos ocupados por mulheres destinavam-se àquelas com curso superior completo e 35,8% com ensino médio completo, enquanto no caso dos homens, estes números são respectivamente 9,5% e 23,7%.

Os dados revelam que a inserção das mulheres ao mercado de trabalho depende do grau de escolaridade. Ao mesmo tempo em que essa questão simboliza a ascensão das mulheres nas

questões sociais, podemos perceber ainda de acordo com Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008) que há “*uma crescente necessidade de formação acadêmica*” para as mulheres na atualidade.

No entanto, percebemos que essa gama de exigências em relação à mulher, e ainda considerando os afazeres domésticos e a questão da maternidade, pode-se concluir que há uma sobrecarga maior para as mulheres. Sobre isso, Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008, p 14) afirmam que:

A evolução da mulher no mercado de trabalho, sua maior dedicação em anos aos estudos e a questão da maternidade, ela ainda possui um tempo muito maior dedicado aos afazeres domésticos em comparação aos homens, de acordo com as informações apresentadas pela Fundação Carlos Chagas, em 2002 as mulheres realizavam em média 27,2 horas semanais de trabalhos domésticos enquanto para os homens esta média é de 10,6 horas, o que corresponde a menos da metade das mulheres. A mulher acaba ainda sendo dona de casa apesar de todas as suas outras atividades.

Desta forma, a mulher, além das atribuições profissionais, ainda desenvolve trabalhos domésticos, que somam quase 30 horas semanais. Essa sobrecarga que recai sobre as mulheres tem se tornado um entrave na busca pela ascensão feminina, sobretudo, no período acadêmico.

Essa problemática suscita a necessidade de investigar junto a algumas acadêmicas do curso de Pedagogia em Tocantinópolis, Tocantins, os principais entraves enfrentados para conciliar a graduação e a maternidade. Para tanto foi necessária à realização de entrevistas semiestruturadas com 04 acadêmicas que se encontram nesta situação.

4.2 Sujeitos e Metodologias

Os sujeitos da pesquisa foram 04 acadêmicas da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Tocantinópolis, que se tornaram mães no decorrer da graduação. Como critério de seleção das entrevistadas, além da condição materna, procurou-se também analisar a faixa etária e atividades desenvolvidas no mercado de trabalho. Condições imprescindíveis para a análise dos dados, uma vez que a pesquisa bibliográfica relaciona maternidade e ascensão feminina possibilitada pelo grau de escolaridade.

As acadêmicas entrevistadas são identificadas com nomes fictícios, com a intenção de resguardar a identidade. As mesmas são identificadas como Rosa, Maria, Ana e Carla. Rosa tem 23 anos de idade, é casada e está na segunda gestação. Trabalha como auxiliar de serviços gerais e cursa Pedagogia. Ana tem 29 anos, é natural de Tocantinópolis – TO; cursa Pedagogia, casada e está na primeira gestação. Trabalha em um supermercado no município. Maria tem 34

anos, natural de Tocantinópolis-TO, trabalha como assistente administrativa em escritório de contabilidade. É solteira e tem três filhos. Carla é casada, tem 25 anos, trabalha como monitora de creche; cursa Pedagogia, é natural de Estreito - MA.

4.3 Instrumentos

A pesquisa é bibliográfica, acrescida de uma pesquisa qualitativa fundamentada com entrevistas. O instrumento utilizado para a coleta de dados se deu através de entrevistas semiestruturadas, elaboradas a partir de um roteiro com dezoito perguntas. O objetivo foi obter informações de contexto e perspectivas sobre a questão da maternidade durante a graduação.

4.4 Procedimentos

Para a efetivação desta pesquisa, 04 universitárias foram selecionadas, considerando os aspectos já descritos na seção anterior. Os procedimentos adotados para a coleta de dados foram os seguintes:

- ✓ Seleção dos sujeitos da pesquisa através de formulários;
- ✓ Análise dos formulários para definição dos sujeitos da pesquisa;
- ✓ Assinatura do Termo de Consentimento dos entrevistados;
- ✓ Aplicação do roteiro de entrevista semiestruturada aos sujeitos da pesquisa;
- ✓ Transcrição das entrevistas;
- ✓ Análise de dados considerando a pesquisa bibliográfica.

4.5 Discussão

O objetivo proposto com a aplicação do roteiro de entrevista é vislumbrar a real situação das mães universitárias do campus de Tocantinópolis, Tocantins. Os sentimentos, as dificuldades e os enfrentamentos no desafio de conciliar a maternidade e a graduação.

Visando resguardar a identidade das entrevistadas, as mesmas serão identificadas com nomes fictícios, sendo: Maria, Ana, Rosa e Carla. Vale ressaltar ainda, que a ordem de classificação das respostas, não obedece à ordem de classificação das entrevistadas. O objetivo é confrontar as respostas obtidas com a bibliografia utilizada no texto e traçar um paralelo entre teoria e prática.

O primeiro item do roteiro da entrevista visa identificar o perfil das mulheres entrevistadas, como faixa etária, período acadêmico, profissão e estado civil. O segundo item visa identificar a relação da maternidade com a vida acadêmica.

De acordo com as respostas obtidas, pode-se destacar que as 04 entrevistadas estão numa faixa etária entre 20 e 35 anos, todas estão no mercado de trabalho e 03 são casadas. No tocante a relação da maternidade com a graduação, as universitárias revelaram o sentimento de medo de não concluir o curso, pela dificuldade em conciliar a graduação com a maternidade. Para Ana (2018) *“A primeira coisa que pensei foi que não iria conseguir me formar junto com os meus colegas porque teria que pausar a faculdade”*.

Para Maria (2018) *“Não vou conseguir formar... Pois eu trabalhava em um supermercado e fazia faculdade e agora grávida ia ficar difícil...”*.

Rosa (2018) afirmou que *“Não estava na hora, principalmente por causa do curso que ainda não tinha concluído”*.

As falas das três primeiras entrevistadas revelam o sentimento de medo e culpa que pode ser explicado por Tourinho (2006) que afirma que *“A satisfação pessoal da mulher nesta condição pode ser comprometida e seu desempenho pode ser prejudicado nas diferentes atividades”*. Neste sentido, o sentimento de medo se refere principalmente às cobranças que as mulheres sofrem na atualidade, de conciliarem várias funções que desempenham na sociedade com a maternidade.

Carla (2018) afirmou que *“Como foi planejado, fiquei muito feliz e não me preocupei porque já tinha planejado para ganhar minha filha no período de férias da faculdade”*. Nesse sentido, percebe-se que Carla foi a única entrevistada que planejou ter um filho durante a graduação e não encontrou muitos obstáculos nesse período.

Outro ponto da entrevista que vale ressaltar é o sentimento de desmotivação para concluir o curso, diante das dificuldades enfrentadas a partir da maternidade. Nesse aspecto, Ana (2018) afirmou que *“Como iria ter ânimo em ir para a faculdade grávida de gêmeas? pensava que não ia dar conta em virtude do cansaço por conta da gravidez”*. A fala de Ana evidencia muito desânimo pelos estudos após a gravidez. Isso denota o sentimento de impotência, que recai sobre as mulheres quando engravidam, de assumirem um papel a mais diante de tantos outros herdados por elas ao longo dos anos.

Para Maria (2018)

Durante a gravidez, eu imaginei que as minhas prioridades mudariam, assim como os horários, que seriam mais regrados, mas não pensei que seriam tantas mudanças! Sentia o peso da responsabilidade de ter que cuidar de um recém-nascido. Cheguei a

sentir um pouco de saudade da minha vida sem filho. Mudei meus horários de dormir e acordar. Troquei os banhos demorados por duchas rápidas enquanto ele dormia e nunca encontrei tão fácil uma roupa pra vestir. Tudo correndo, com pressa... Já não tinha tanto tempo pra estudar... E passar, por exemplo, o dia estudando cálculos como antes fazíamos grupos de estudos...

Pode-se perceber a conscientização adquirida durante a gravidez, a cobrança de si mesma para lidar com a maternidade, pois requer muito tempo e dedicação à criança.

Para Rosa (2018) “Tive que permanecer e até acelerar o ritmo para que quando realmente precisasse me afastar, não causar um constrangimento com o colegiado do curso, já que quando uma mulher engravida é tido como atraso ou mesmo atrapalho em qualquer nível de escolaridade”. Na fala de Rosa, especificamente, há um sentimento de superação, motivado pela conscientização da importância dada aos estudos como um viés para a ascensão profissional e pessoal.

Carla (2018) afirma que como a gravidez foi planejada, não desenvolveu o sentimento de desânimo, pois havia programado tudo. Assim, diz que “Não, quanto a isto já tinha me organizado, feito meus estágios, faltavam só algumas disciplinas”.

Podemos perceber nas falas das mães, as dificuldades enfrentadas ao se descobrirem grávidas durante a graduação. Vários sentimentos permeiam o pensamento dessas mulheres, principalmente o de medo, pois a maternidade para elas simboliza uma responsabilização intensa, a qual nem sempre se sentem preparadas para exercer.

No roteiro de entrevista foram elencados outros problemas enfrentados pelas universitárias para conciliar a maternidade com a graduação. Entre eles está a falta de apoio institucional com as mães universitárias, sobretudo, mães de crianças pequenas, que exigem maiores cuidados. Sobre isso, Bee (1997) afirma que é imprescindível que as mães tenham um contato mais próximo com os bebês, pois o desenvolvimento deles depende dessa relação.

Para Ana (2018) “A maior dificuldade é com quem deixar a criança para irmos para a faculdade, mas comigo minha mãe sempre fica e me dar um apoio total”. Diante dessa situação, seria mais confortável para as mães acadêmicas, se a universidade viabilizasse a aproximação entre mães e filhos, através de um espaço dentro da instituição. Sobre isso, Menezes, Santos, Veloso, Freitas & Rahim (2008) dizem que:

Há ocorrência de centros de cuidados de crianças nos campus universitários norte-americanos como alternativa para os acadêmicos que tem filhos, afirmando que encontrou dificuldades para encontrar informações sobre creches universitárias no Brasil.

Pode-se perceber que no Brasil há uma discrepância no que concerne ao assistencialismo das mães universitárias, pois não promovem alternativas que garantam a permanência das mães na universidade, considerando que o maior entrave é justamente não ter onde deixar seus filhos no período de aula.

Para Maria (2018) “Não tive nenhum apoio... Mesmo sabendo dos meus direitos”. Maria deixa claro que a universidade não proporciona apoio para as mães acadêmicas.

Rosa (2018) afirma que “Não. Em nenhum momento a universidade está preparada para atender as condições de uma mãe acadêmica, já que nos colegiados não existe um real entendimento da rotina de uma mãe, em condições de estrutura também não oferece, tive que cursar todas as disciplinas”. Para Rosa, a universidade deveria se reestruturar considerando as peculiaridades de uma graduanda, mãe.

Para Carla (2018) “Minha maior dificuldade é a organização do tempo para estudar, pois criança requer muita atenção e a universidade não oferece nenhuma condição que viabilize a conciliação entre maternidade e estudos”. Desta forma, pode-se classificar que o principal entrave relatado pelas mães universitárias para continuarem estudando quando se tornaram mães é a falta de apoio no momento de deixarem seus filhos para assistirem as aulas.

As entrevistas analisadas esclarecem que as mães, universitárias e trabalhadoras não dispõem de tempo suficiente para se dedicarem aos filhos da maneira como elas acham que deveriam cuidar. Esse sentimento de culpa é ocasionado pelas transformações sociais que influenciaram no papel da mulher moderna, que muitas vezes tem que cumprir inúmeras funções. Para Tourinho (2006) citado por Menezes, afirma que a “participação na vida dos filhos, no trabalho e na vida acadêmica demanda uma reorganização constante do tempo para a conciliação de todas as suas atividades”. Assim, podemos destacar ainda na análise dos dados, que um fator importante, considerado pelas mães seria a disponibilidade de um espaço dentro da universidade para as crianças ficarem enquanto as mães assistissem às aulas. Essa possibilidade de um contato maior entre mães e filhos reduziria a ansiedade e a angústia das mães que se distanciam dos filhos durante o período de aula. Somando-se ao fato de serem mães trabalhadoras que já passam o dia inteiro fora de casa, esse sentimento de culpa torna-se mais acentuado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a temática estudada sobre a maternidade na graduação pareça simples, uma vez que é tão comum em nosso cotidiano. A pesquisa revela que a maternidade se tornou uma situação complexa ao longo dos anos, ocasionada pelo dilema que se estabelece entre a satisfação pessoal e profissional.

A ascensão das mulheres na sociedade, a inserção ao mercado de trabalho sobrecarregou-as de forma perversa, pois não dispõem de tempo suficiente para cuidar da casa e dos filhos. A falta de tempo para cuidar dos filhos desencadeia uma gama de sentimentos negativos nas mulheres, principalmente o de culpa. Podemos entender que esse sentimento de culpa relatado pelas mães universitárias pode ser compreendido se analisarmos o contexto social e histórico sobre as mulheres, de forma que sempre foi atribuída a elas a condição de cuidadora dos filhos e da família.

Vimos no decorrer da pesquisa e na análise das entrevistas, a problemática das mulheres para conciliar tantas obrigações, principalmente a maternidade e graduação. Essas mulheres se veem divididas entre a satisfação pessoal e profissional diante da crescente exigência de um grau de escolaridade cada vez maior.

Embora a pesquisa tenha alcançado resultados interessantes sobre a maternidade desde tempos remotos até a atualidade, é necessárias mais pesquisas que fomentem o papel da mulher na sociedade, e que a ascensão não seja ameaçada pelo crivo da maternidade, mas que haja políticas públicas que auxiliem as mulheres, mães e trabalhadoras a conquistarem seus espaços.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BEE, H. **O Ciclo Vital**. Trad. Regina Garcez. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997

FREIRE, Maria Martha. **Ser Mãe é uma Ciência. Mulheres, Médicos e a Construção da Maternidade Científica na década de 1920**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em www.redaly.org. Acesso em 08 mar.2018.

FARIA, Juliana Toledo. **A Maternidade, a construção de um novo papel na vida da mulher**. Disponível em br.monografias.com Acesso em 10 de março de 2018.

MENEZES, Rafael de Souza; SANTOS, Thais Silva dos; VELOSO, Nathálya de Oliveira; FREITAS, Valéria Nancy; RAHIM, Mohamad Ali Abdul. **Maternidade, Trabalho e Formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos**. São Paulo, 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org>. Acesso em 28 ago. 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. **A Cidadania dos bebês e os direitos de pais e mães trabalhadoras**. Creche e Feminismo, Campinas SP, 2015.

Tourinho, J. G. A mãe perfeita: idealização e realidade - Algumas reflexões sobre a maternidade. **IGT na Rede**, v. 3, n. 5, 2006. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs2/index.php/igtnarede/article/view/1710/2342>>. Acesso em: 23 jul. 2018.